

## **36º Encontro Anual da ANPOCS**

### **Circuitos governamentais na favela: urbanização e controle social<sup>1</sup>**

*GT 7 Dimensões do urbano: tempos e escalas em composição*

por

Marcella Carvalho de Araujo Silva (PPGSA/UFRJ)

Outubro de 2012

---

<sup>1</sup> A substituição do termo “estatal” por “governamental” no título será justificada ao longo do texto.

Este texto apresenta resultados parciais de minha dissertação, ainda em andamento. Em grande medida, ele incorpora algumas sugestões e críticas feitas por minha banca de qualificação e, por isso, existe alguma defasagem entre o que apresento a seguir e algumas das hipóteses levantadas no resumo inicial do trabalho.

No resumo enviado ao congresso, eu propunha como hipótese central que a articulação do tráfico de drogas em favelas cariocas tivesse promovido uma reconfiguração de forças políticas internas, desmantelando as associações de moradores – que teriam sido englobadas pelas redes de poder das facções de traficantes – e atraindo os olhares e a preocupação do Estado. Esse processo poderia ser apreendido pela análise da formação de atores híbridos – simultaneamente moradores e funcionários públicos, os agentes comunitários – responsáveis pela urbanização e consequente consolidação das favelas.

O papel desempenhado pelo tráfico de drogas na reconfiguração de forças políticas nos anos 1980 foi, certamente, o aspecto do texto que mais sofreu alteração. Inicialmente, minha pesquisa conferia grande destaque à articulação do tráfico de drogas como fator de inflexão das associações de moradores e de pulverização das práticas políticas, como se a própria fragmentação fosse uma reação a esse novo ator e uma forma de tornar o controle social mais difuso e capilar, penetrável nos territórios demarcados pela formação de quadrilhas de traficantes de drogas.

Conforme a pesquisa se desenrolou, pude acessar outros atores sociais engajados na política da favela e dialogar com outros pesquisadores<sup>2</sup>. Percebi então um grave problema na análise: que eu também estava lançando mão da linguagem da violência, tão consagrada no Rio de Janeiro. Em vez de explicar um fenômeno, de certa forma, eu colocava as mudanças políticas, por assim dizer, “na conta do tráfico”, reiterando as queixas de muitos presidentes de associações de moradores de que perderam representatividade política e se viram renegados às negociações perversas com traficantes e a disputas por recursos com organizações não governamentais (Silva & Rocha, 2008). O andamento da pesquisa me fez perceber que isso se trata de uma racionalização de uma transformação política muito mais complexa, que associa *a posteriori* a lógica de

---

<sup>2</sup> Agradeço especialmente a Itamar Silva pela longa conversa sobre a transformação política dos anos 1980 e a formação da linguagem da violência no Rio de Janeiro.

parcerias que se firma nas favelas cariocas nos anos 1990 à atuação do tráfico de drogas e à necessidade de se criar alternativas, profissionais e culturais, aos jovens moradores de favelas, como se corressem uma espécie de risco social de cooptação pelo crime.

Tendo reconhecido que eu não poderia tomar como certa essa associação, minha pesquisa se mostrou então uma interessante forma de compreender a consagração desse modelo interpretativo. E a sobreposição dos circuitos das organizações não governamentais ao circuito estatal e deste ao da Igreja Católica, como esses circuitos se formaram e se consolidaram em espaços construídos, passou a ser um recorte metodológico privilegiado à análise da transformação política realizada nos anos 1980. Como sugere Magnani (2002), a noção de circuito serve de princípio de classificação do exercício da sociabilidade. Compreender as relações entre estabelecimentos e/ou equipamentos urbanísticos permite perseguir as dinâmicas de construção social do espaço. Como parte da transformação da política na favela envolve a formação de um polo político alternativo à associação de moradores, a reconstrução de seu processo de produção material e simbólica mostra-se uma interessante estratégia metodológica.

O empilhamento de serviços e a construção sobreposta, geminada ou adjacente de determinados prédios e equipamentos fazem da Igrejinha um lugar cuja arqueologia das construções permite acessar as relações políticas que a ergueram. Em grande medida, como apresento a seguir, a transformação da política na favela se espacializou por meio das práticas microbianas<sup>3</sup> da rede mobilizada pelos agentes comunitários, acumulando novas camadas, incrementando e transformando um circuito que estava em construção. Enfocar, então, a Igrejinha, onde essas sobreposições de circuitos se realizaram, como um lugar antropológico (Augé, 2009)<sup>4</sup> e desenvolver uma arqueologia das várias camadas que se acumularam me deram acesso a um processo muito mais amplo de controle social, que conecta a atuação da Igreja em favelas à de organizações não governamentais.

---

<sup>3</sup> “procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exercem” (De Certeau, 1994, p. 176).

<sup>4</sup> Compreendendo que “o lugar antropológico é simultaneamente princípio de sentido para os que o habitam e princípio de inteligibilidade para aquele que o observa” (Augé, 2009, p.46), proponho analisar o processo de construção da Igrejinha como um lugar impregnado de sentido na vida cotidiana e política do Borel. Ela é um importante ponto da sociabilidade local, pois congrega, além da Capela Nossa Senhora das Graças que confere sua identidade católica, uma série de serviços urbanos, prestados em parcerias e convênios entre a prefeitura e a Ação Comunitária Pró-Favela, alguns desde a época em que esta instituição fazia parte da Sociedade Beneficente São Camilo e outros mais recentes.

Minha dissertação não dá conta de todo esse processo, mas apenas do episódio de fragmentação política. O caso da creche Santa Mônica, nascida do convênio entre Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e associação de moradores, que posteriormente encontrou abrigo na Sociedade Beneficente São Camilo e nos últimos 10 anos é gerida pela ONG Ação Comunitária Pró-Favela, é uma espécie de *turning point*, em que o arranjo político encontra novo equilíbrio.

Neste texto, pretendo ao menos organizar o macroprocesso que conecta vários mecanismos de governança – e, assim, redimensionando esta questão, desfaço a centralidade que inicialmente atribuí ao tráfico de drogas. Dele extraio um fragmento a partir do qual eu posso analisar a gestação e a consolidação de uma nova lógica política e, assim, compreender em que medida ela é fruto de uma acumulação social e em que medida ela inaugura um novo contexto; em suma, suas continuidades e rupturas. Procurei então tratar o tráfico de drogas como mais um ator social num cenário em reconfiguração e focar principalmente no nascimento do agente comunitário.

Inicialmente contratado como trabalhador autônomo para a prestação de serviços urbanos pontuais, por meio de programas sociais firmados em parceria entre a associação de moradores e o poder público, o agente comunitário representava a ampliação do escopo de ação das associações para além das questões da água e da energia elétrica. Empreendendo lutas por melhores condições de trabalho, eles se desligam das associações de moradores e passam a constituir em si mesmos novas lideranças comunitárias, com diálogos próprios e negociações particulares com o poder público. Tendo sua legitimidade calcada na identidade de morador, eles se valem de estratégias aprendidas “enquanto moradores”<sup>5</sup> junto aos demais vizinhos para a realização de seu trabalho “enquanto Estado”. Isto é, para a realização dos projetos sociais do poder público eles realizam uma série de ações coletivas de acordo com os modelos dos movimentos sociais. Dessas duas formas, engajando-se em reivindicações trabalhistas e investindo nos modelos de ação de movimentos sociais, eles formam novos interlocutores políticos e, por eles, os projetos sociais se deslocam das associações de moradores às organizações não governamentais.

---

<sup>5</sup> “Enquanto morador” e “enquanto Estado” ou “enquanto prefeitura” são expressões empregadas por Ruth, minha principal interlocutora, para explicitar a tensão e, em alguns casos, o conflito entre os papéis sociais “morador de favela” e “funcionário público”. Foram elas que me sinalizaram a hibridez do agente comunitário e a ambivalência de sua atuação política.

O caráter híbrido do agente comunitário, simultaneamente morador e Estado, objeto e sujeito do controle social, e o papel de mediação e articulação executado por ele na relação entre outros braços do Estado, associações de moradores e organizações não governamentais permite acessar a reinvenção das formas de governança, em curso ao longo da década de 1980, e analisar o processo de consolidação da lógica da parceria para governança urbana dos anos 1990 (Machado da Silva & Leite, 2004).

O texto está organizado da seguinte forma: primeiro, faço a arqueologia da Igrejinha, escavando as várias camadas de governança de favelas; dela depreendo o caso da creche Santa Mônica, a formação dos agentes comunitários e sua transformação em novas lideranças comunitárias; por fim, apresento algumas considerações finais sobre a apropriação do discurso do desenvolvimento comunitário como mecanismo de controle social.

#### *Sobreposição de circuitos: a acumulação social da governança de favelas*

Construída no terreno em que eram rezadas as missas campais pelos idos dos anos 1970, a Igrejinha criou em seu redor um circuito católico progressivamente apropriado por movimentos sociais e Estado, e transferido no início dos anos 2000 do âmbito da Sociedade Beneficente São Camilo à ONG Ação Comunitária Pró-Favela – Dr. Marcelo Cândia.

No prédio vizinho à Capela Nossa Senhora das Graças, construída em regime de mutirão ao longo do ano de 1975, ainda nessa década, começaram a ser oferecidos cursos profissionalizantes por um movimento social; nos anos 1980, foi comprado um prédio para expansão do centro comunitário, onde, em meados dessa década, passou a funcionar uma creche comunitária; no prédio geminado, nos mesmos anos 1980, construiu-se uma escola, posteriormente incorporada à rede municipal de educação; em prédios anexos, nos anos 1990, passou a funcionar um posto de assistência jurídica da OAB e um posto de saúde municipal; em frente, foi erguida, pelo Favela Bairro, nos mesmos anos 1990, uma quadra de esportes, nomeada em homenagem ao padre local; em baixo da quadra, nos anos 2010, na esteira da pacificação, foi inaugurada uma biblioteca.

*Até os anos 1970, a Igreja Católica não tinha atuação em favelas. Ou raras. Na Tijuca, não tinha. Entre as poucas coisas boas que o cardeal Dom Eugênio fez foi que enfim, a pressão era tal da sociedade, o povo queria alguma coisa diferente, enfim subir as favelas. E a Igreja perdeu muito por manter esse dogma da propriedade privada, se toda a favela era invasão. O Borel, ninguém é dono de nada no Borel. Foi*

*uma terra que foi sendo tomada aos pouquinhos. Ninguém é proprietário de nada com documentos. A Igreja não queria isso. Aí eu fui escalado para fazer missa na sede da associação – que é [...] na Rua São Miguel, portanto, se eu for trabalhar lá, não ocupo terreno, não ocupo nada e estou na sede da associação pública. Então eu fazia missa lá, mas falei: “espera lá, quem vem aqui pode vir na Igreja, 100m para frente, 200m”. A dificuldade era do povão que vinha lá de cima assistir à missa. Eu disse: “vou lá pra dentro”. E me indicaram o Terreirão, porque lá é o ponto central, como é, o umbigo do Borel. E aí começou o centro comunitário que vocês conhecem. A Igrejinha, depois a escola, depois a OAB, depois a creche, o berçário, o ambulatório, esse complexo aí gigante! Agora veio a Firjan que colocou salas de aula. Então está um progresso muito grande no Borel, que eu sempre gostei de fazer. [...]*

A atuação da Igreja Católica em favelas esteve desde o início, em 1947, casada às associações de moradores. Em muitas favelas, a Fundação Leão XIII, por meio do seu Serviço de Comunidade, orientou e supervisionou a criação de diversas associações de moradores de favelas, bem como colaborou com muitas já existentes (Rios, 1980). O caso do Borel é particularmente interessante à reflexão sobre essa relação, pois, se a Igreja Católica, na instituição da Fundação Leão XIII, procurou “subir os morros antes que deles desçam os comunistas”, lá os comunistas já tinham montado a União dos Trabalhadores Favelados, desde 1954.

A partir de 1962, com a realização do Concílio Vaticano II, a intervenção assistencialista da Igreja Católica foi revista e a atuação junto aos pobres foi reelaborada como forma de superação de desigualdades sociais. Ligado ao cristianismo da libertação (Löwy, 1989), movimento social que reelaborou a concepção de pobreza, combinando o sentido moral herdado da tradição milenar católica a um significado sociológico de dominação e opressão, padre Olinto Pegoraro chegou ao Borel em 1975 com o intuito de atuar junto às massas e “colaborar” com sua conscientização política. A partir de então, manteve uma “convivência tática” com a associação de moradores (Amoroso, 2011).

*Eu vinha desses movimentos fortes de Igreja: JOC, Juventude Operária Católica. [...] Eu tive um hiato na minha vida nesses anos 1960 até 1970 e alguma coisa – no Borel acho que o centro [comunitário Primeiro de Maio] no Terreirão foi inaugurado em 1975 ou 1976. Mas eu vinha daquele impulso lá de trás, com alguns momentos diferentes. Não era mais JOC ou JUC, nada disso. Eu tinha a oportunidade de agir socialmente, defender e propor as ideias que inspiraram, e inspiram, não só a Igreja, mas esses movimentos todos, sejam de Igreja ou não, da socialização do espaço. Isso que me levou até lá. E sempre em torno da Igreja, como ainda hoje é, com a missa, mas sempre com os olhos para fora, creche, berçário. [...] Se eu cheguei ao Borel foi por impulso que vinha de antes e eu achava que era isso que deveria ser feito de outra forma. JOC e JUC, a CNBB desfez a JOC, se livrou, porque a Igreja apoiou a ditadura. E a JOC, JUC e JEC eram exatamente socializantes, eram um movimento muito perto do comunismo. O maior comunista para mim foi Cristo. Se devemos entender a socialização do que é nosso, que nada é exclusivamente para ninguém, ora isso está no Evangelho, então o maior socialista foi ele. Estamos em casa. Então nada de extraordinário, nada de admirar que essas duas ideologias fossem próximas. O Partidão era um iconoclasta, queria derrubar tudo. Mas nós não queríamos*

*derrubar, mas criar espaços de democracia e o povo no poder. Isso é sagrado! Como fazer? Evidentemente não era pelo conflito. Nada acontece. Mas tinham partidos comunistas que eram do conflito armado: “chegaremos ao poder só derrubando”. São cabeças. São detalhes da ideologia, o fundo da ideologia é o mesmo.*

Para isso, subiu o morro e deu início à construção de uma capela dentro da favela. Ela serviria como ponto de apoio principal à sua atuação junto aos moradores.

*Onde é a capelinha era uma birosca de bebidas, embaixo de uma árvore. Compramos aquele pedaço e começamos a fazer a Igrejinha. Demorou quase 1 ano e, durante 1 ano, eu rezei missa todos os sábados embaixo daquela árvore.*

Ainda em meados dos anos 1970, padre Olinto conhece Marcelo Cândia, industrial italiano que havia optado por doar sua fortuna aos pobres. Foi o dinheiro de Marcelo Cândia que permitiu construir o Centro Comunitário Primeiro de Maio, ao lado da Capela Nossa Senhora das Graças.

*[...] E foi por acaso. Exatamente como com a Fundação Cândia. Lá você vê “escola Marcelo Cândia”, tudo com o nome Cândia, em homenagem a ele. Me dava o dinheiro que eu quisesse. Ele era riquíssimo, depois da [Segunda] Guerra, do setor químico de Milão, um dos grandes industriais, ele ainda é lembrado lá pelos grandes industriais. Pegou tudo e transformou em dólar – que, naquele tempo, depois de Deus, quem mais mandava era o dólar no mundo. Converteu tudo em dólar e foi morar na Amazônia, [...] em Macapá. Fundou leprosários, hospitais, serviço social, também ele era a ligado à Igreja. Com comunidades de padres, especialmente italianos, foi trabalhar com eles lá na Amazônia. Ele apoiou essas instituições todas. [...] Ele sempre achou muito pobre lá o norte, mas se falava do Rio, que tinha mais pobreza ainda – e na época tinha. Eu fui muitas vezes a Macapá, porque ele fazia congressos de enfermeiras, de não-sei-o-quê, para formar essa gente. Ele queria publicar, mas era italiano – falava português, sim, mas muito pouco. Eu ia para lá, passava 15 dias lendo aquelas coisas e mais ou menos ajeitando para publicação. [...] Ele queria conhecer, então, uma favela do Rio de Janeiro. E, por acaso, me encontrou, (mas por acaso!) na Amazônia. Numa vez dessas, o meu chefe, que morava em São Paulo – a sede da minha congregação ficava em São Paulo –, disse: “tem o Olinto no Rio que trabalha com favela, quer ir lá ver?”. Veio. Ele era um senhor já de idade, alto, gordo. Era um mês de novembro, quente que só. Eu tinha um fusquinha e falei: “vamos subir de Fusca”. “De jeito nenhum”, ele queria ir a pé. [...] E foi a pé, subimos a pé o morro. [...] Ele se encantou com o Borel.*

Mais ou menos na mesma época em que padre Olinto começava a organizar o Centro Comunitário, em 1976, segundo lembram alguns dos seus militantes, a Ação Popular deu início a cursos supletivos no Borel. Tendo em vista expandir sua atuação junto aos moradores, em 1979, professores e alunos organizaram uma pesquisa sobre quais serviços eram mais demandados pelos moradores. De acordo com Alaíde, uma das alunas do supletivo envolvida na pesquisa, a demanda por creche ganhou com larga vantagem.

*Quando eu entrei no curso [supletivo] começaram a ver coisas, fizeram uma pesquisa para ver do que a gente precisava mais. Fizeram tipo um plebiscito, um apanhado [...] das opções para as mães. O pessoal do supletivo ia ver e passar pela*

*comunidade, para ver o que a comunidade mais precisava. Tinha escola noturna, escola para adultos, escola para criança, creche. Aí creche ganhou disparado. [...] A gente rodou o morro todinho de cabo a rabo e era “creche, creche, creche, creche”. Ganhou assim disparado.*

A criação da escola comunitária – posteriormente transformada em creche – desencadeou algumas tensões entre o grupo de professores e a diretoria da associação de moradores, cuja ação política, segundo Fernanda Carneiro, uma das professoras do supletivo, àquela época ainda era restrita às questões de água e luz.

*Primeiro eram os grileiros, que ficavam e dividiam o terreno, donos de terreno que alugavam barraco. Já havia uma rede ali de proprietários e não-proprietários, que não eram proprietários no sentido legal, mas que tinham o poder de deixar ou não deixar se habitar ali. [...] É uma organização de território, não é exatamente uma coisa esperta [em sentido pejorativo]. É uma necessidade de quem vai ocupar um território organizar e tomar posse desse território, ver quem vai entrar e quem não vai entrar, até para ter uma moralidade. São as organizações autônomas do povo. Havia essa em relação à terra, com formação de poder ao longo dos anos. A Lightinha era uma referência de poder [...], depois que veio a Light e a luz, [...] não sei em que época que foi, de urbanização e integração urbana. E a bica d'água também era um lugar de poder. Perto de onde tinha a bica tinha organizações da bica. Então era esse o contexto.*

A prestação de um serviço que saía da alçada da associação de moradores colocava inquietações à diretoria, que inicialmente duvidou que os professores e os alunos, sem contatos políticos, pudessem colocar a creche em funcionamento. Mesmo sem atuar para que a creche se concretizasse, a associação de moradores estava indiretamente envolvida, pois logo de imediato se colocou o problema da propriedade do terreno, comprado pelo padre Olinto Pegoraro com financiamento do Dr. Marcelo Cândia.

*Então a creche vai ser de quem? Grupo comunitário da creche? Aí tem que ter CNPJ, aquelas coisas. Seria melhor se fosse da associação, mas aí tem que ter autonomia, era a nossa obsessão. Então como fazer o terreno ser legalizado? [...] Isso tudo a gente discutiu na época, buscando uma autonomia da creche. [...] A transição do poder é uma coisa muito difícil na nossa vida, como o do saber também. A gente enquanto pôde segurou ali os poderes todos nossos. Os caras [da associação de moradores] não opinavam. Mas isso também não era um campo de disputa deles, ficar mandando em creche. Isso era coisa de mulher. Então, numa certa maneira, a gente não teve muito problema. Só ficava antevendo problemas futuros com a questão da propriedade. (Fernanda Carneiro, professora do curso supletivo e responsável pela organização da escola comunitária).*

Se, até então, eles contavam com o apoio da associação de moradores e esta mantinha boa relação com a comunidade eclesial de base, a partir das mobilizações para a construção da escola comunitária, com a organização de pedágios e bazares, as relações paulatinamente se tornaram desconfiadas, prejudicando o próprio curso supletivo.



*Criavam uma coisa de adversário, uma competição que tem aí política. Isso atrapalhou bastante o próprio trabalho político e pedagógico. Por quê? Havia o cineclube lá e quem tocava o cineclube eram pessoas do PC [Partido Comunista], era o Felipe, a Marisa, havia o Werneck [...]. Eu propus de passar filmes – meu curso [no supletivo] era OSPB [Organização Social e Política Brasileira] – [...] no curso e também levar público pro cineclube e fazer debates depois dos filmes. Não rolou, porque eles não dialogavam com a gente. O padre Olinto tentou fazer diálogos com a gente. Tinha o Bar das Pombas, que era um bar que tinha lá na Usina [...], então ali ele fez um jantar, combinou uma ida com a gente. Não adiantou ter mediação. Eles eram fechados, eles [ênfase] eram fechados. (Fernanda Carneiro)*

Internamente existiam tensões, pois a associação de moradores, que controlava a prestação do serviço de luz e água, começava a sentir a concorrência de outros grupos que traziam novos serviços para o Borel. Contudo, em momentos de ameaça externa de remoção, associação de moradores, comunidade eclesial e militantes sociais se uniam.

*Evidentemente que a atuação da gente ajudou muito a associação. Por exemplo, na época da remoção. Estava no Supremo Tribunal Federal, há muitos e muitos anos, o processo da Bureau Companhia Imobiliária (sic)<sup>6</sup>. E o Supremo deu ganho de causa, isso em 1978, 1979, à companhia. “Vai remover, vai remover”. E aí a gente já está com o Olinto lá em cima, a gente teve acesso maior à comunidade, a gente fazia festa, então a gente já tinha virado uma força política de toda a favela. Segundo que já estava um clima bom [com a associação de moradores]. [...] Então a gente promove antecipadamente duas audiências públicas lotadas na Igreja [no salão em cima da Capela Nossa Senhora das Graças] – aí deu um certo estresse também, achando que o padre estava querendo sambarcar as funções da associação – mas a gente fez questão, “estamos mobilizando”. Fizemos reuniões nos locais, fizemos uma grande assembleia para ver que passo nós daríamos nessa coisa. Claro que nós chamamos o pessoal. Era a Eliane e uma outra, ligadas ao PC do B e tal, advogadas ligadas à Pastoral de Favelas. Então fizemos grandes audiências, o que mobilizou muito, quando teve audiência pública. Aí eles ficaram “putos”, mas não puderam chiar, porque era a grande audiência pública para estudar a questão da remoção. E aí eles perdem, porque houve um confronto. O Lira e a associação de moradores querendo o advogado deles, que a associação pagaria, que a comunidade pagaria, ou a assistência jurídica da Pastoral de Favelas. [...] E aí vai para a audiência pública e eles são derrotados por amplíssima maioria. E eles tiveram que se calar (Roberto Ramos, professor do supletivo e diretor da creche nos quadros da associação de moradores).*

Essa oposição mais aberta entre os grupos se firmou a partir da expansão da atuação dos militantes. Em 1979, a crise entre a associação de moradores e o grupo de professores eclode, em decorrência da organização de um censo por uma das militantes.

*O maior problema foi que Mariana, democraticamente, mas ingenuamente – ela era do IBGE – leva para o Borel, no melhor sentido, queria fazer um censo do Borel: quantas famílias, quantas não sei o quê. E numa das perguntas que fazia sobre a associação ela bota “por que você não vai à associação?”. Ingenuidade dela e da gente que permitiu aquilo, no caso eu que era mais velho. [...] Ela bota lá [numa das*

---

<sup>6</sup> Roberto Ramos se refere ao processo judicial da Imobiliária Meuron, que alegava há duas décadas ser proprietária das terras do Borel. Por falta de datas mais precisas, não pude empreender uma pesquisa em matérias de jornais que confirmem este episódio e precisem seu acontecimento.

*opções de resposta] “porque rouba”. Eles tinham fama de corruptos (Roberto Ramos).*

Esse episódio desencadeou uma grande assembleia na associação de moradores para a deliberação se o curso supletivo continuaria a ser realizado na sua sede ou se os professores seriam expulsos. Estava em jogo nessa assembleia a manutenção das alianças entre os grupos.

*Eu lembro que a gente ficou numa reunião na casa da Idenir, num terraço, uma laje, até de madrugada, num dia em que a diretoria ia decidir se fica ou se sai. [...] Nós discutimos bastante com eles [os alunos]: “Eles estão dizendo que nós estamos fazendo a cabeça de vocês, que vocês são pau mandando, que nós é que isso e nós é que aquilo, que nós somos os mentores de tudo. Então é o seguinte, nessa reunião, a gente vai entrar mudo e sair calado. Vocês é que vão estar querendo defender este curso ou não, porque é a chave da questão. Então não somos nós que vamos decidir, são vocês”. Fomos. [...] Reunião. Os caras lá falando. [...] depois abriu para cada um falar. Aí foi o máximo! [...] Eu me lembro da Idenir, uma pessoa tímida, ela levantou e falou assim: “Eu andava no morro de cabeça baixa, eu tinha medo de morar aqui – já havia o tráfico, um comércio como outro qualquer, e tinha Seu Paulo Mãozinha, era o chefe, um senhor que andava com uma capa preta e no Natal dava presente e dava papelote também para os malandros, mas ele era de família, dali da comunidade [...]. Então a Idenir falou isso: “E hoje eu ando de cabeça em pé”. Um e outro falando, até que vem a Valdenir com uma carta de duas laudas, analisando o processo de ter uma escola, a importância daquele supletivo, ela falou assim: “Muitos dos senhores deveriam estar sentados conosco nos bancos escolares”. Sensacional! Quando o negócio acabou – ela foi uma das últimas –, o Bonifácio, que era o presidente, [...] falou assim: “Essa carta – voltando no ponto de que nós fomos os mentores – foi escrita pelos professores”. Nessa hora, nós que tínhamos combinado de entrar mudos e sair calados, o Beto levanta e faz um discurso lindo. Ele fala assim: “Eu sou tijucano, fui criado ali, com medo do Borel. Vindo trabalhar aqui, vendo esses talentos, essas inteligências... Vocês desprezam a si mesmos. Vocês estão agindo da mesma maneira que lá, que o Borel é violento. Eu não sou capaz de escrever essa carta. Vocês não estão valorizando pessoas da sua comunidade de altíssimo nível”. A gente ali estava com total razão e a imbecilidade, como a gente vive até hoje [...], venceu. Ficamos sem chão na associação. Mas o Olinto ofereceu a Igreja. Então subimos. Ele já estava com a gente, ele entrou no supletivo. Ele já estava comprando [o terreno da] a creche. A gente atuava com o Olinto o tempo todo. Para o curso supletivo, ele ofereceu o espaço da Igreja, ali no segundo andar [da capela Nossa Senhora das Graças] para a gente passar para lá. Então subimos, a gente ficou mais para cima e o curso continuou lindamente.*

A “subida” significou o deslocamento para o segundo andar da capela Nossa Senhora das Graças. Mais do que isso, ela deu início a um empilhamento de serviços no entorno da Igrejinha. Além do supletivo, cursos profissionalizantes passaram a ser oferecidos por moradores no Centro Comunitário Primeiro de Maio, localizado ao lado da capela, para cujas atividades algumas pessoas envolvidas na criação da creche migraram. Começou-se a formar, assim, tendo como centro gravitacional a capela, um polo político em progressiva ascensão.

*Aí quando começa a ficar quente o nosso trabalho, porque acabou sobrando para comissão, aquelas coisas, os caras expulsam a gente. E começa a incomodar o PCB, o Lira. Olinto falou “vamos para a Igreja Católica, que a gente não vai perder esse trabalho, não”. Ele nos leva. [...] E aí cobra da gente e começa alfabetização, curso, o Jorginho vai dar marcenaria, o outro vai dar sei lá o que, datilografia [...] Começa e expande.*

Do outro lado da polarização das forças políticas no Borel, em 1982, a associação de moradores firmou um convênio próprio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a criação de uma segunda creche. Nesse mesmo ano, a SMDS, com verbas da Unicef<sup>7</sup>, passou a pagar as educadoras e a merendeira da escola comunitária Raio de Sol, criada pelo grupo de professores e alunos do Supletivo. Desse convênio, nasceram a creche Santa Mônica e os primeiros agentes comunitários do Borel.

Segundo Alaíde, as escolas municipais da região que atendiam os alunos moradores do Borel começaram a notar que as crianças já entravam na escola com algum conhecimento. A diretora de uma delas, a Escola Municipal Soares Pereira, tomou ciência com as mães das crianças da existência da escola comunitária Raio de Sol e foi até lá conhecê-la.

*Começaram as professoras dos arredores a achar que estava alguma coisa acontecendo no Borel, porque as crianças já chegavam lá praticamente alfabetizadas. [...] Aí foram lá saber, olhar. Não levou nem três meses e a gente já era apaixonada.*

Não tenho certeza quanto ao desenvolvimento de um diálogo entre secretarias, mas, de acordo com Alaíde, a partir deste contato a equipe em gestação da SMD procurou as “mulheres da creche” para a implementação de uma parceria, conforme já vinha acontecendo na Rocinha, como pude checar no documento “Política de atuação em favelas” (SMDS, 1984).

*Um belo dia, veio uma menina – que está até aqui [na Igreja Messiânica, onde ela marcou comigo para a entrevista] agora, depois eu vim a encontrar com ela aqui e achei muito bom -, coordenadora de trabalho comunitário com criança. Ela foi lá, deu uma olhada e disse “o trabalho de vocês é muito bom”. Está para abrir uma secretaria – foi quando foi criada a secretaria municipal de desenvolvimento social [...] foi nos anos 1980, 1982, um negócio assim. Aí que a gente começou a receber, [até aquele momento] a gente recebia uma gratificaçãozinha [paga pelas mães]. Aí a secretaria começou a pagar, pagava pouquinho. Mas aí quando a Vitória entrou, ela*

---

<sup>7</sup> De acordo com o documento “Política de atuação em favelas”, a partir de 1984 a SMD passa a contar com o financiamento da Unicef, interessada em superar problemas relacionados à pobreza urbana. Com isso, torna-se possível criar fichas cadastrais das crianças, remunerar os educadores como trabalhadores autônomos, fornecer material escolar e de consumo, oferecer treinamento e assessoramento pedagógico; em suma, atender as reivindicações que, admite o documento, desde 1979, quando da criação da secretaria, eram feitas pelos moradores que desenvolviam estar práticas de educação comunitária de forma autônoma.

*disse “não, o trabalho de vocês é um trabalho essencial. E além de ser essencial, vocês trabalham em área de alto risco [...] Era tiroteio adoidado, você tinha que estar com as crianças presas dentro de casa, com o ouvido muito atento para não correr risco nenhum. Mesmo assim bateu bala na parede da creche.*

Nestas negociações entre a associação de moradores, até então único órgão representativo reconhecido, firmou-se a parceria para a prestação do primeiro serviço público dentro do Borel. De acordo com Fernanda, Alaíde mediou o contato de Vitória, a representante da secretaria, e a associação de moradores, o que ela considerou como uma “traição”, pois Alaíde tinha se engajado em ações sociais junto aos professores e demais membros da Ação Popular que atuavam com educação comunitária e teria capitalizado um posto de coordenação na nova creche junto à associação de moradores, deixando de lado a experiência “autônoma” da favela.

*Eles [da secretaria] vieram para a associação. “Vai ter inscrição tal dia, porque vão montar uma creche no Borel”. Botaram o comunicado. E aí eu sei que, na parte da tarde, formou uma fila imensa. Aí você se inscrevia. “Na semana que vem, você vem para fazer mais não-sei-o-quê”. Às vezes não tinha [reunião], a mulher que ia dar a reunião não apareceu e foi marcado para tal dia. Na outra semana, porque a mulher não veio e as pessoas também tinham pressa, quando você olhava já tinham dez. Muita gente desistiu, porque eles tinham pressa de trabalhar. [...] Eu vim a saber disso através da minha cunhada. [...] “Wilma, vai lá que vão montar uma creche e estão precisando de educador”. Aí eu vim. [...] Eu sei que foi muita reunião, muita insistência, muita mesmo. (Wilma, agente comunitária desde 1983).*

À época do processo seletivo, a procura por emprego era grande. Das mulheres que resistiram pacientemente à longa espera e participaram das dinâmicas de formação, foram selecionadas aquelas que demonstraram alguma atuação na favela.

*Se inscreveram 33 mulheres daqui com a Chácara do Céu. A seleção foi aberta para a comunidade, para mulheres<sup>8</sup>. A questão de idade era até 50 anos e [...] que soubesse ler e escrever e que conhecesse alguma coisa, que participasse da comunidade. Não era liderança, não se falava em liderança, mas uma pessoa que tivesse um vínculo com a comunidade. Uma pessoa que conhecesse a comunidade poderia se inscrever (Ruth Pereira, agente comunitária desde 1983, já aposentada).*

Depois de selecionadas, as seis agentes auxiliares de creche do Borel, tiveram de empreender uma nova “luta” para pôr a creche em funcionamento. A SMDS havia se comprometido apenas a pagar as educadoras e merendeiras da nova creche, bem como

---

<sup>8</sup> De acordo com Wilma, inicialmente o corte de gênero era uma precaução contra assédio sexual. Contudo, a meu ver, este corte assume outras conotações conforme se consolida uma incriminação preventiva de certos tipos sociais.

aquelas da Raio de Sol, ficando a cargo das próprias agentes comunitárias encontrar um espaço para a creche, reformá-lo e mobiliá-lo para atender as crianças<sup>9</sup>.

*A expectativa que se tinha a partir de fevereiro deste ano era de que se pudesse somar a estes reduzidos recursos uma mobilização das comunidades, através principalmente dos agentes comunitários, mães e guardadeiras, para a conquista destes locais onde se pudesse prestar um atendimento mais integral à criança (Documento da SMDS “Projeto de apoio e consolidação às creches domiciliares em áreas de baixa renda”, 1984)<sup>10</sup>.*

Para a realização de suas atividades “enquanto Estado”, como Ruth comumente se refere ao seu trabalho, as agentes comunitárias desenvolveram uma bem orquestrada ação coletiva, nos moldes que conheciam “enquanto moradoras”. A “luta” foi grande. As agentes conseguiram o espaço da creche junto à associação de moradores, mas, para a mobília, teriam que levantar fundos. Muniram-se, então, de declarações da secretaria e da associação, dois atestados de comprometimento político.

*Vimos que o pessoal de lá [da creche Raio de Sol] começou com bazar e pedindo. Então a gente começou com bazar e a pedir. Só que a gente começou com mais bazares e não pedíamos só aqui na São Miguel para os carros (...). A gente começou a pedir nas instituições, como no Colégio São José, no Hospital Ordem Terceira da Penitência, fomos no Colégio Regina Coeli, na Igreja São Camilo, em vários órgãos por aqui. A gente começou a pedir o que eles tinham para doar para a gente fazer bazar. A prefeitura deu um documento direitinho falando o que ia ser feito, porque sem nada você não pode, e também um da associação dizendo que ia ser construída uma creche, que já tinha um espaço, mas que o espaço não tinha nada. A gente estava fazendo esse trabalho para conseguir angariar fundos e bens para a creche (Ruth Pereira).*

Segundo Ruth, as instituições doaram “coisa boa”: janelas, portas, vasos sanitários, carteiras velhas, roupas velhas, etc., que foram colocados à venda a preços baratos em bazares e em barracas do mercado informal montado na entrada da favela. Com o dinheiro levantado, as mulheres começaram as reformas do espaço da associação de moradores e compraram mobília e material para a creche. Como as obras eram feitas aos finais de semana, num esquema de mutirão<sup>11</sup>, elas estavam levando muito tempo para

---

<sup>9</sup> De acordo com o documento “Política de atuação em favelas” de 1984, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, uma das dificuldades encontradas pelo Programa de Educação Comunitária foi a falta de espaço nas favelas, pois a secretaria estava proibida de “construir com recursos próprios em áreas de situação fundiária indefinida” (Política de atuação em favelas, SMDS, 1984, p.14).

<sup>10</sup> Conforme consta no documento, no Borel, esta metodologia de desenvolvimento comunitário vinha sendo implementada desde 1982.

<sup>11</sup> Vale destacar que a estratégia da auto-construção, instrumento das classes populares de provisão de moradia, foi, num primeiro momento, apropriada pelo Estado como mecanismo de prestação de serviços urbanos. No Rio de Janeiro, um dos primeiros projetos de intervenção estatal em favelas foi o Projeto Mutirão, de 1980, que realizava obras de saneamento básico (Cavallieri, 1986; Petersen, 2004 e 2009). De forma complementar, os mutirões também foram empregados como estratégia de construção dos primeiros

serem concluídas. Por isso, as agentes decidiram pagar alguns moradores do Borel como pedreiros, enquanto elas faziam estágios na creche Raio de Sol.

Ao final de um ano, já em 1983, a segunda creche começou a funcionar no segundo andar da associação de moradores. Dois anos mais tarde, as agentes comunitárias passaram a contar com a ajuda do Sr. Altamir, diretor da Escola Municipal Araujo Porto Alegre. Sua filha havia acabado de falecer tragicamente em um acidente e ele e a esposa haviam decidido fazer caridade. Ao tomar conhecimento por meio de uma de suas alunas do curso supletivo noturno<sup>12</sup> – e também agente comunitária do Borel – das necessidades da creche comunitária, escolheram ajudá-la. Por mais de seis anos, Sr. Altamir foi o “benfeitor” da creche: ele doava material, realizava festas de Natal, fazia doações de presentes para as crianças, etc.

*A Jane foi pedir a ele ajuda para essa creche que a gente estava iniciando. A gente precisava de algumas coisas e aí o diretor falou: “eu tenho interesse, sim, em ajudar vocês, mas eu tenho que conhecer o local e conhecer vocês. Eu vou ajudar com o que eu posso”. Então o que ele começou a fazer? No final do ano, ele sempre dava festas de final de ano. Ele “adotou” todas as crianças [...] Todo ano ele dava festa. O que a gente precisasse e falasse com ele, ele cedia e ajudava, mandava pintar. E todo ano, ele foi arrumando mais gente para ser madrinha dessas crianças da creche, um grupo de amigos. Se vestia de Papai Noel. Os nossos filhos ganhavam presente que ele dava. A gente ganhava presente que ele dava. Então era uma coisa muito bonita mesmo (Vilma Alves).*

Por volta de 1985, a associação de moradores pediu o espaço da creche de volta<sup>13</sup>. Com medo de que a creche fosse acabar – o que iria acontecer caso não encontrasse outro espaço –, Ruth procurou o padre Olinto.

*Quando eles falaram que estavam precisando do espaço, eu, como tinha uma integração na Igreja muito grande, participava da Igreja, de tudo, dos trabalhos, falei: “Gente, padre Olinto comprou a casa que era do Ademir” (...). E essa casa padre Olinto comprou para fazer um outro centro comunitário, um outro Centro Primeiro de Maio, porque lá no centro comunitário já não estava dando vazão. Tinha curso de eletricista, marceneiro, manicure, tinha os educadores, mecânico, artesanato, datilografia, cabeleireiro. Ele comprou essa casa do Ademir para colocar cabeleireiro, manicure, tudo num lugar só (Ruth Pereira).*

---

prédios para a prestação de serviços por parte do Estado, formando o que venho chamando de um circuito estatal na favela, faceta importante de sua consolidação no espaço urbano.

<sup>12</sup> Segundo Roberto Ramos, um dos professores do supletivo oferecido pela Ação Popular no Borel: “A noite [o curso noturno] é uma coisa importante, cá entre nós. Ele [Chagas Freitas] começa a dar em dois anos o ginásio, que era de quatro, e em um ano o científico, ou técnico. E aí aqueles alunos nossos, sobretudo os mais novos, eles preferem ir nas escolas que eles não foram. Então esses cursos supletivos acabam, porque o eleitorado, o público-alvo, preferi ir, até porque ele passa”.

<sup>13</sup> Ainda não me foi dada qualquer explicação para isso.

Por seu lado, padre Olinto continuava mobilizando contatos para a aquisição de verbas que permitissem a expansão do Centro Comunitário que funcionava no âmbito da Ação Comunitária Pró-Favela, órgão da Sociedade Beneficente São Camilo. Valendo-se de seu lugar de padre, ele dependia de doações. A compra do prédio da creche Santa Mônica foi possível dessa forma.

*Eu sou um que, por acaso, entrou no hall [de entidades ajudadas] dele. Ele tinha uma irmã, uma socialite aí, que atende pelo nome de Vivi na imprensa, Vivi Nabuco – hoje ela está velhinha, muito doente, senão estava nas paradas sociais. Essa Vivi fez uma promessa que queria doar para São Camilo, para a Igreja São Camilo. Mas não sabia se tinha uma Igreja São Camilo aqui no Rio. E ela tem um irmão, José Nabuco, que é muito meu amigo. Fizemos movimentos religiosos nos anos 1960, 1970 e ficamos sempre amigos. Ele também é muito religioso. Ela perguntou a ela se tinha uma Igreja São Camilo, “tem, e o Olinto trabalha na Igreja São Camilo”. Eu não conhecia essa mulher, não. E ela me mandou um dinheiro. Era a conta exata para que eu comprasse aquela casa onde funciona a creche Santa Mônica. A conta exata, lembro bem, de 15 milhões de cruzeiros [...]. E era a conta, nem mais, nem menos. Retomamos e lá funciona a creche, numa precariedade, mas funciona (padre Olinto).*

Após pouco tempo funcionando no segundo andar da capela, a creche foi transferida para o prédio de expansão do Centro Comunitário Primeiro de Maio.

*Ele [padre Olinto] fez reforma e já sabia que lá ia ser a Santa Mônica. A gente pegou as crianças todas daqui [da associação, que fica praticamente ao lado de sua casa, onde realizamos a entrevista] e levamos para essa creche. [...] E aí ficamos na Santa Mônica até acabar mesmo. Foram anos lá (Vilma Alves).*

Sr. Altamir, o benfeitor, ao tomar conhecimento da transferência de prédio, fez um pedido às agentes comunitárias: que batizassem a creche com o nome de sua falecida filha. Na transferência para o novo – e até hoje o mesmo – prédio, a creche foi batizada com o nome da filha daquele “benfeitor”, como forma de retribuição por toda a ajuda oferecida durante anos.

*Ele queria muito que essa creche se chamasse Mônica, Santa Mônica, devido à filha dele que tinha falecido. Ela tinha 21 anos, tinha falecido num desastre de carro e ela amava muito crianças. Então ele pediu que a gente botasse... A única coisa que ele queria da gente, como a creche não tinha nome, era que a gente deixasse ele colocar “Santa Mônica”. Então, lógico, era interesse dos dois lados: a gente ia conseguir trabalho, ganhar um trabalho, e conseguimos ele para patrocinar isso (Vilma Alves).*

Além das relações de caridade com a sociedade civil, as agentes comunitárias começaram a estabelecer também relações políticas com determinados candidatos, trocando os votos das mães por benefícios dentro da secretaria.

*Aí veio político, se você ajudasse um vereador a ganhar não sei quantos votos, e aí veio aquelas promessas “a gente efetiva vocês, vocês ficam efetivados”. E o que a gente ia fazer? Trabalhar em cima disso, porque nosso interesse era ser efetivado. Então a gente trabalhava nisso, fazia campanha, pedia a mãe. “Mãe, esse ano a*

*creche foi tudo bonitinho, alimentação, tudo direitinho. Pois ele [em referência a um político imaginário] que está ajudando a gente”. A gente fazia essas campanhas, sim. Foi a hora que veio a nossa efetivação. Passamos para o município mesmo e ficamos efetivadas. [...] Isso foi na época de Saturnino e Pedro Porfírio [em 1988] (Vilma Alves).*

Pouco tempo após à transferência da creche, a Igreja iniciou as obras de construção de uma escola. Em prédio geminado à capela, com financiamento da Fundação Marcelo Cândia, fundada após a morte do industrial por volta de 1985, de acordo com memória de padre Olinto, foi construída uma escola de ensino fundamental para as crianças da favela.

*A escola era para ser o salão de festa – como foi. Depois eu tive a oportunidade de trazer uma escola para lá, por uma professora do IFCS, Maria Yedda Linhares. Ela foi uma grande mulher. Foi secretaria da educação do município do Rio. A Yedda era minha colega, eu na Filosofia e ela na História. “Eu gostaria de fazer uma escola lá no Borel para as crianças”. Ela anotou no caderninho dela, como qualquer um de nós. Dali 15 dias, “taí a escola para você”. E deslocou uma diretora que estava brigada ali na Formiga e a passou para mim, Tânia. Maravilhosa diretora! [...] E o Darcy Ribeiro, esse malucão, também era professor do IFCS de Sociologia, quando apareceram os CIEPs, ele quis fazer uma coisa menor, a Casa da Criança, que tem ali na Chácara do Céu e ali embaixo, perto da sede. “Escuta, Darcy, você não quer fazer lá para mim uma escola de crianças? Só preciso de duas”. E me deu duas: essa lá da Chácara e a outra lá embaixo. Durante muito tempo, eu cuidei delas, mas depois a prefeitura tomou conta.*

À época da inauguração da escola, no final dos anos 1980, o CIEP Doutor Antoine Magarinos Torres Filho, nomeado em homenagem ao “advogado do morro”, que havia organizado a fundação da União dos Trabalhadores Favelados, já havia sido erguido pelo governo do estado, em terreno em frente ao Borel, onde antes havia um campo de futebol, mas funcionava basicamente como abrigo para os castigados pelas chuvas<sup>14</sup>.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> De acordo com a diretora do CIEP nos últimos 20 anos, professora Lenita, ele começou a ser construído no primeiro governo Brizola, mas teve suas obras interrompidas pelo governo Moreira Franco. Em 1988, os desabrigados das chuvas ocuparam o prédio. As obras só foram retomadas em 1991, no segundo mandato de Brizola como governador do Rio, tendo sido inauguradas em 24 de dezembro de 1992 pelo prefeito Marcello Alencar.

<sup>15</sup> A esse empilhamento ainda veio somar-se, a partir de maio de 1989, o posto de assistência jurídica da Ordem dos Advogados do Brasil – Posto Lydia Monteiro, sobre o qual ainda vou coletar informações junto à Dra. Zoraide, advogada que encabeçou o projeto e o levou adiante à revelia da própria Ordem. Em meados dos anos 1990, também incorporaram-se uma quadra de esportes construída pelo Favela Bairro e um posto de saúde, resultado do convênio da Ação Comunitária, ainda como órgão da Sociedade Beneficente São Camilo, e o Hospital Universitário Estadual Pedro Ernesto (UERJ). E no início deste ano de 2012, o espaço embaixo da quadra Padre Olinto foi transformado em uma biblioteca Sesi Cidadania, projeto da Firjan para áreas pacificadas da cidade. Essas outras camadas de serviços urbanos certamente indicam um processo bem mais longo e complexo, além do período de fragmentação política por mim estudado. Ainda preciso coletar mais informações sobre esses outros momentos, de modo a aprimorar



Como a etnografia do processo de transformações política procurou deixar claro, ao final dos anos 1970, as práticas de militantes sociais começaram a ser apropriadas pelo Estado. As figuras dos agentes comunitários, híbridos de moradores e Estado, puderam realizar essa apropriação, calcada no discurso do “desenvolvimento” e da “participação” comunitária. Assim, se a atuação de militantes abriu novos canais de ação política no Borel, concentrando serviços ao redor da capela, ao longo dos anos 1980, a ação dos agentes comunitários contribuiu de forma decisiva para a consagração desse novo polo político da favela e a perda de espaço político da associação de moradores.

### *Enquanto Estado: a reinvenção do controle negociado*

No início dos anos 2000, quando a Igrejinha já havia se tornado importante ponto de sociabilidade do Borel, congregando no entorno da capela dois centros comunitários, cursos profissionalizantes, um berçário, uma creche, uma escola primária, um posto avançado de assistência jurídica da OAB (fundado em maio de 1989), um posto de saúde do Hospital Universitário Pedro Ernesto (construído em 1999) e uma quadra esportiva (construída pelo Favela Bairro), padre Olinto, por ocasião de um artigo publicado em jornal a favor do uso de métodos contraceptivos, é expulso da Igreja Católica. De modo a não perder esses serviços, realizados por agentes comunitários e viabilizados por convênios firmados entre ele e os vários órgãos da prefeitura, o professor Olinto criou e transferiu, em 2002, os serviços para o âmbito da ONG Ação Comunitária Pró-Favela – Dr. Marcelo Cândia.

*Todo trabalho que era feito, social, era um trabalho da São Camilo, da Sociedade Beneficente São Camilo, que tinha, um dos projetos deles se chamava Ação Comunitária Pró-Favela. A Sociedade Beneficente São Camilo é algo muito grande, lá em São Paulo, e tem seus braços: tem a Luiza de Marillac, a parte religiosa, a parte não-sei-o-quê, e uma das partes era a Ação Comunitária Pró-Favela. E aqui na São Camilo quem fazia isso, o responsável, era o professor Olinto. Ele começou a fazer isso no Borel, ele focou. Ela tinha um CNPJ vinculado a São Camilo. E ficou por muito tempo. Eu comecei trabalhando na Ação Comunitária da Sociedade Beneficente São Camilo. [...] Quando o professor Olinto deixou a Igreja, consequentemente a São Camilo repensou a estratégia de ação dela e achou que não era mais interessante. Nisso a gente estava no meio de muitos convênios [...] e tudo era feito pela Sociedade Beneficente São Camilo. Quando aconteceu da São Camilo*

---

ainda mais a etnografia deste lugar, mas, levando-se em consideração meus objetivos neste texto, sua exclusão não afeta minha argumentação.

*se retirar, nós tivemos que abrir uma instituição, entre aspas. A gente não sabia fazer nada, não tinha dinheiro, não sabia fazer nada, não sabia captar. A gente não tinha o foco de ser uma ONG [...] Quando abriu não era isso, a gente trabalhava na Igreja. [...] Qual seria o nome? Ação Comunitária Pró-Favela, bem ou mal, já é um nome conhecido. Até essa época, quem ajudou muito, muito o professor Olinto, de uma forma muito informal, foi o Marcelo Cândia, um empresário italiano, que, quando morreu, deixou sua herança toda para fazer benfeitoria. Por isso, a gente botou Ação Comunitária Pró-Favela, em homenagem ao Marcelo Cândia, Dr. Marcelo Cândia. Assim nasceu ela. Já está aí com dez anos, mas a gente, até hoje, não consegue engatinhar. A gente não tem essa coisa de captação de recursos, a gente não sabe fazer isso (Cláudia, coordenadora das creches da ONG).*

Refletindo sobre sua longa atuação como membro da Igreja Católica e mais recentemente, como responsável por uma organização não governamental, professor Olinto apresenta uma interpretação crítica sobre os “poderes supletivos” por ele exercidos.

*Nós iniciamos o governo, as igrejas sobretudo, que entraram antes. Isto é, a Igreja tinha um princípio uma vez, que funcionou, sim, mas hoje vejo que é errado. Por que a Igreja intervém socialmente? Para exercer um poder supletivo, isto é, ela supre a deficiência de autoridade. Eu sempre entrei com essa ideia, que está muito errada. Não devo suprir ninguém, eu devo apoiar, mas o governo que deve tomar a iniciativa. [...] Nós lá temos uma entidade: a Ação Comunitária Pró-Favela. [...] Ela é uma entidade e por conseguinte ela pode negociar, como negociamos, projetos, mas não tem nada a ver com o Estado. Tudo o que temos lá – creches, escolas e tal – são dessa entidade. Eu já falei para a prefeitura que não tem nenhum problema nós passarmos tudo para ela [...] “Vocês têm que ocupar esse lugar. Nós nos sustentamos mal, com dificuldade, vocês podem sustentar melhor, porque é um dever do Estado”.*

Neste percurso no tempo e no espaço da favela, os agentes comunitários foram os protagonistas de uma transformação política significativa: a fragmentação da atuação política, com a transição de um repertório representativo a outro calcado na lógica das parcerias entre vários atores de múltiplos setores. Certamente ainda é necessário discutir com maior detalhe a articulação entre deslocamentos institucionais dos serviços e a transformação dos repertórios políticos. Neste texto, procurei, a partir da apresentação da etnografia desse processo de transformação política, sustentar esta formulação como hipótese. A meu ver, a articulação dessas várias situações sociais em um estudo de caso detalhado<sup>16</sup> da creche – ou das creches – do Borel elucidada o processo de formação e pulverização de novas lideranças comunitárias que inauguram um novo momento da política na favela, em que os mecanismos de controle social são reinventados.

---

<sup>16</sup> Como propõe Van Velsen, 2010.

De forma um tanto imprevista, uma mercadoria política<sup>17</sup> do clientelismo entre prefeitura e associação de moradores escapou à configuração política que lhe deu à luz. Os agentes comunitários, gestados como novos recursos da antiga configuração da política na favela, engajando-se em negociações próprias com políticos supra-locais, também elas assimétricas, abriram, de dentro da velha política na favela, novas frentes de interlocução. Por não caracterizarem uma instituição representativa, em meio a uma pluralidade de interlocutores externos surgidos no período de redemocratização, as relações políticas sustentavam-se apenas por acordos frágeis, que eles garantiram que se concretizassem nos espaços do novo polo político da favela. Desempenhando seu papel “enquanto Estado”, mas valendo-se de seus contatos “enquanto moradores”, estes agentes comunitários se tornaram a versão encarnada de um controle social difuso e microfísico que circula de forma mais capilar pelas favelas.

Sustentados pelo discurso da participação comunitária, pagos inicialmente com recursos internacionais voltados a projetos de desenvolvimento comunitário que objetivavam a inclusão social, os agentes comunitários são fruto do contexto político de reinvenção do Estado. Três aspectos do processo de redemocratização – que aqui devem ser compreendidos como vetores da reinvenção do Estado – devem ser levados em conta para a compreensão desta transformação: em primeiro lugar, a proliferação de movimentos de base e de partidos políticos em favelas; em segundo lugar, o crescimento da participação dos municípios nas políticas sociais; e por fim o reavivamento da participação filantrópica de boa parte da sociedade civil (Machado da Silva & Leite, 2004). O primeiro desestabilizou a supremacia das associações de moradores, ao passo que o segundo e o terceiro abriram novas frentes de interlocução política – municipal, estadual e federal, bem como privada. O terceiro aspecto, como procurei demonstrar ao longo do texto, enfatizando o caráter caritativo das relações mantidas entre padre Olinto e seus doadores (como não poderia deixar de ser) e também das estratégias de ação coletiva dos agentes comunitários para estruturação da creche, ainda contribuiu à reinvenção de um espaço público hierarquizado, em que o pobre aparece como objeto da

---

<sup>17</sup> As mercadorias políticas são recursos ou custos políticos (referentes a relações de poder e/ou de força) dotados de valor de troca a partir de equiparações com outros recursos políticos ou econômicos. Elas compõem um mercado informal simultaneamente econômico (pois de troca) e político (pois de relações assimétricas de poder) (Misse, 1997; 1999).

caridade e não como sujeito de direitos (Simmel, 1939). A combinação desses três aspectos da redemocratização fez das favelas prolífico campo político.

Levando-se ainda em consideração que, paralelamente a esse processo de reconfiguração de forças políticas, houve a articulação do tráfico de drogas, com a sobreposição de redes de mercados ilegais à rede de mercadorias políticas (Misse, 1999), e a consolidação de uma linguagem da violência (Machado da Silva, 2010; 2011), podemos compreender a justaposição de processos realizada na década seguinte, nos anos 1990.

A partir dessa década, as organizações não governamentais encontraram justificativa à sua atuação em um dos repertórios da linguagem da violência, segundo a qual, a ausência do Estado levou à formação do tráfico de drogas e que este, por sua vez, exerce forte poder de atração sobre os jovens moradores de favelas. A elas, então, caberia, por meio das parcerias, oferecer projetos sociais que supram a carência cultural e ocupacional desses jovens “em risco social”. É facilmente perceptível como essa lógica, que não deixa de ser política, consagra-se articulada ao processo de consolidação das favelas, isto é, de justaposição dos processos de integração urbana à articulação do tráfico de drogas (Cavalcanti, 2009). E como, da mesma forma em dois âmbitos diferentes, no plano do discurso político e no plano da produção do espaço, o crime serve de justificativa às outras ações sociais.

É exatamente neste ponto que minha pesquisa faz sua contribuição, ao explicitar que a reconfiguração do campo político na favela se desenrola articulado antes a macroprocessos políticos ligados à globalização – e nesse sentido apresenta mais uma vez a favela como um ponto nodal de interação entre organizações supra-locais e entidades locais (Leeds, 1978) –, do que ao malfadado problema da segurança pública. Nesse sentido, os agentes comunitários, em última instância, serviram como meio à transição entre duas modalidades de organização e institucionalização das relações de poder nas favelas cariocas<sup>18</sup>. As associações de moradores e as organizações não governamentais são o ponto de partida e o ponto de chegada da transformação política engendrada com a consolidação das favelas.

---

<sup>18</sup> Agradeço especialmente ao professor Luiz Antônio Machado da Silva por me ajudar a formular a hipótese desta forma.

*Referências bibliográficas:*

Amoroso, Mauro (2011). Ação política e convivência tática: os grupos de esquerda no Borel durante a reabertura. *Revista O Social Em Questão*. Rio de Janeiro, n. 24.

Augé, Marc. *Os não-lugares*. Lisboa: 90 graus editora, 2009.

Cavalcanti, Mariana. Do Barraco à Casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, p. 69-80, 2009.

Cavallieri, Paulo Fernando. Favelas Cariocas: mudanças na infra-estrutura. In: *Iplan Rio, 4 estudos*, 1986.

De Certeau, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

Leeds, Anthony. “Poder local em relações com instituições de poder supra-local”. In: Leeds, Anthony & Leeds, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

Löwy, Michel. Marxismo e cristianismo na América Latina. In: *Lua Nova*. São Paulo, n.19, nov. 1989.

Machado da Silva, Luiz Antonio. A continuidade do problema da favela. In: Oliveira, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CNPq, 2002, pp.220-237.

\_\_\_\_\_. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v.23, n.59, maio/agosto 2010, pp.283-300.

\_\_\_\_\_. Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira. *Etnográfica*, vol. 15, n.1, fevereiro 2011, pp.67-82.

\_\_\_\_\_ & Leite, Márcia. Favelas e Democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In: Machado da Silva, L.A. et alii (org.). *Rio: a democracia vista de baixo*. Rio de Janeiro: Ibase, 2004.

Magnani, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.17, n.49, junho 2002.

Misse, Michel. As ligações Perigosas: mercados ilegais, narcotráfico e violência no Rio. In: *Contemporaneidade e educação*. Rio de Janeiro, ano 2, n.1, 1997, pp. 93-116.

\_\_\_\_\_. *Malandros, Marginais e Vagabundos. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, IUPERJ, 1999.

Petersen, Maria Lucia. Entrevista 019.01. Maria Lúcia Petersen. Costa, Érico & Andrade, Luciana. *Vitruvius*, ano 5, jul 2004.

\_\_\_\_\_. *Lu Petersen: militância, favela e urbanismo*. Freire, Américo; Freire-Medeiros, Bianca & Cavalcanti, Mariana (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Rios, Rute Maria Machado. Amando de modo especial os menos favorecidos. In: Valla, V.V. (org.). *Educação e Favela*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980 [1986].

Silva, I. & Rocha, L. Associações de moradores de favelas e seus dirigentes: o discurso e a ação como reversos do medo. In: *Justiça Global. Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

Simmel, Georg. El pobre. In: *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe s.a., 1939.

Van Velsen, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: Feldman-Bianco, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.